



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**



**PARCEIROS DE APOIO  
PROGRAMÁTICO**

***REVISÃO ANUAL 2014  
AIDE-MÉMOIRE***

**16 de Maio de 2014**

## ÍNDICE

CONCLUSÃO CONJUNTA .....	4
Implementação do MdE .....	7
Auditorias .....	10
<i>Auditoria de Desempenho</i> .....	10

### ANEXOS:

**ANEXO I - AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO GOVERNO**

**ANEXO II - AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS PAPS**

**ANEXO III - MATRIZES DO QAD DO GOVERNO E DOS PAPS**

**ANEXO IV – RELATÓRIOS DOS OBJECTIVOS E PILARES DE APOIO**

**ANEXO V - SÍNTESE DA XI SESSÃO PLENÁRIA DO OBSERVATÓRIO DO**

**DESENVOLVIMENTO**

**ANEXO VI - LISTAS DE INDICADORES DO QAD DO GOVERNO E DOS PAPS A**

**SEREM REVISTOS**

## I. INTRODUÇÃO & CONTEXTO

1. No dia 16 de Maio de 2014, o Governo de Moçambique (GdM) e os Parceiros de Apoio Programático (PAPs)<sup>1</sup>, concluíram a Revisão Anual (RA) da implementação do Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014 e da observância dos princípios relacionados com a Eficácia para o Desenvolvimento, com base no desempenho dos Quadros de Avaliação de Desempenho (QAD) do Governo e dos PAPs relativos ao exercício económico de 2013, respectivamente.
2. De acordo com o Memorando de Entendimento (MdE) celebrado entre as partes, o processo da Revisão Anual (RA) prevê o princípio de prestação de contas mútuas sob o qual o Governo e os PAPs procedem a avaliação do desempenho das partes.
3. As avaliações de 2013, foram efectuadas com base (i) nos Quadros de Avaliação de Desempenho, tanto do GdM como dos PAPs, previamente acordados para o exercício em alusão; (ii) nas discussões sobre a direcção geral das políticas do Governo em cada uma das áreas do PARP; (iii) nos documentos de gestão económica e Social do Governo, nomeadamente, o Plano Económico e Social de 2013 (PES) e o Orçamento do Estado (OE) de 2013, o Balanço do PES (BdPES) de 2013, o Relatório de Execução Orçamental (REO) de 2013, a Conta Geral do Estado de 2012 (CGE); (iv) o Parecer do Tribunal Administrativo sobre a Conta Geral do Estado 2012; (v) os Relatórios Sectoriais e dos Grupos Temáticos; (vi) Síntese do XV Sessão do Observatório de Desenvolvimento; (vii) o Relatório de Avaliação do Governo ao Desempenho dos PAPs em 2013; e, (viii) o Relatório de Avaliação dos PAPs ao Desempenho do Governo em 2013.
4. O processo da RA foi orientado pelos Termos de Referência (TdR) que, dentre outros aspectos, referem que *“as avaliações iriam para além da análise das metas e tomariam em consideração: (i) como a implementação de políticas e acções têm contribuído para o alcance das metas definidas e (ii) como os diferentes constrangimentos enfrentados na implementação das políticas, reformas e acções poderiam ser ultrapassados”*.
5. Ainda, de acordo com os Termos de Referência, na Avaliação do Desempenho do GdM, para além dos documentos de base mencionados no parágrafo 3, tomou-se em consideração as recomendações focalizada no sector da saúde expressas pela Sociedade Civil durante a XV Sessão Plenária do Observatório de Desenvolvimento plasmadas na respectiva síntese que é parte integrante do AM.
6. A RA identificou, igualmente, desafios que deverão ser tidos em consideração no processo de planificação e orçamentação para 2015 e no desempenho das partes, em 2014. No decurso da RA, prosseguiu-se com a consolidação da implementação da estrutura dos grupos de trabalho, tendo envolvido 12 Grupos Temáticos, distribuídos de acordo com a estrutura do PARP, que comporta três Objectivos designadamente (i) **Aumento da Produção e Produtividade Agrária e Pecuária**,

---

<sup>1</sup>Alemanha, Áustria, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial, Canadá, Comissão Europeia, Dinamarca, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça e Reino Unido. Estes parceiros (PAPs) são subscritores do Memorando de Entendimento com o Governo. Os Membros Associados dos PAPs são: a Bélgica, a Espanha, a Holanda, os Estados Unidos da América e as Nações Unidas. O Fundo Monetário Internacional é Membro *ex-officio* da Parceria.

(ii) **Promoção de Emprego e (iii) Desenvolvimento Humano e Social**, dois Pilares de Apoio; (iv) **Macroeconomia e Pobreza** e (v) **Boa Governação** e o (vi) **Grupo dos Assuntos Transversais**. Os Grupos Temáticos foram constituídos por representantes do GdM, dos PAPs e da Sociedade Civil (SC).

7. O presente Aide Mémoire (AM) consiste em: 1) Introdução e Contexto; 2) Conclusão Conjunta sobre os resultados da Revisão; e 3) Implementação do MdE. São Anexos ao Aide Memoire: 1) a Avaliação do Desempenho do Governo pelos PAPs; 2) a Avaliação do Desempenho dos PAPs pelo Governo; 3) as Matrizes do QAD do Governo e dos PAPs; 4) os Relatórios dos Grupos Temáticos e dos Pilares; e 5) a Síntese da XV Sessão Plenária do Observatório de Desenvolvimento.
8. O Ano de 2013 foi marcado, em geral, pelo impacto das calamidades naturais; pela realização de eleições autárquicas; pela contínua descoberta e exploração dos recursos naturais; pelas novas possibilidades de aceder a financiamento externo alternativo à ajuda; pela preparação das eleições gerais e provinciais bem como pela preocupação em torno da tensão político militar em algumas áreas do País, e em particular, pelos múltiplos desafios que necessitaram um dialogo intenso e constante entre o Governo e os Parceiros.
9. A missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) visitou o País de 26 de Fevereiro ao 13 de Março do corrente ano, com o objectivo de realizar discussões com vista à conclusão da segunda avaliação ao abrigo do Instrumento de Apoio a Políticas (PSI – *Policy Support Instrument*), com a duração de três anos, aprovado em Junho de 2013.
10. Em termos gerais, o FMI apreciou positivamente a implementação do Programa de Moçambique. O relatório da avaliação constata que o desempenho económico de Moçambique continua robusto, como reflexo do contributo vibrante da actividade mineira, construção, transporte e comunicações e nos serviços financeiros assim como o alerta para os riscos relacionados com a pressão inflacionária dos países vizinhos (especialmente na Africa do Sul) não obstante o controlo registado na inflação média de 4% em 2013 e um orçamento altamente expansionista.
11. Relativamente a area de politicas economicas para 2014, a Missão anotou o objectivo do Governo de expandir o investimento público, tendo salientado que o aumento deve preservar a sustentabilidade da divida e tomar em linha de conta a capacidade de absorção do País. O FMI é de parecer favoravel ao Orçamento retificativo para acomodar a reforma eleitoral, projectos de investimentos e reembolsos do IVA esperando-se que o défice fiscal global após donativos venha a aumentar de 3 por cento do PIB, em 2013, para 9,5 por cento do PIB em 2014. Este nível de défice não é sustentável a médio prazo, requerendo um ajustamento fiscal gradual a partir de 2015.
12. A missão saudou os esforços do Governo que através do Banco de Moçambique (BM) continuou a manter o crescimento monetário sob controlo em 2014, o que ajudará a moderar a rápida expansão do crédito em 2012/13 para um ritmo mais prudente.
13. Como parte da Revisão Anual, e conforme estipulado nos TdR, realizou-se um encontro entre os Ministros e os Embaixadores da Troika-plus dos PAPs para a discussão dos seguintes pontos: (i) Revisão Anual; (ii) Crescimento inclusivo; (iii) Boa

Governança - área de Anticorrupção; (iv) Transparência Fiscal; (v) Previsibilidade: compromissos versus desembolsos; (vi) Regularidade e qualidade da informação reportada à Base de Dados ODAMOZ; e, (vii) Uso dos Sistemas Nacionais.

## II. CONCLUSÃO CONJUNTA

14. A presente Revisão Anual forneceu informação que serviu de base para as discussões do desempenho do Governo e dos Parceiros. Notou-se alguma melhoria na qualidade do diálogo ao nível sectorial com a excepção do Pilar da Boa Governança. Realçar que, para além da análise dos Indicadores e Metas, alguns sectores, aprofundaram a análise sobre políticas e reformas efectuadas em 2013.
15. Em termos de políticas públicas directamente ligadas à implementação do PARP, a nível do Governo, foram registados progressos notáveis em 2013 que, dentre outros destacam-se: (i) Lançamento do Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário (PNISA) como um instrumento de coordenação no Sector Agrário; (ii) Introdução de novos instrumentos reguladores para produção de sementes e fertilizantes, (iii) prossecução da implementação de reformas de políticas atinentes a melhoria do ambiente de negócios e atracção de investimentos; (iv) Maior abrangência das consultas das leis, publicação dos contractos e melhoria do padrão do relatório ITIE na área da transparência da indústria extractiva; (v) Aprovação do Regulamento da Lei das Empresas Públicas; (vi) Reforço da Gestão das Finanças Públicas incluindo a expansão e consolidação do e-SISTAFE (vii) Aprovação do Decreto de Novembro de 2013, que dá mais autonomia e competência à IGF (Decreto n.º 60/2013 de 29 de Novembro), assim como a operacionalização do sistema informático que monitora o seguimento das recomendações do Parecer do TA sobre a CGE; (viii) seguimento satisfatório à maior parte das recomendações da última reunião de revisão, no Sector da Educação, com enfoque na área de desenvolvimento institucional; (viii) aprovação da legislação relativa ao Ensino Técnico Profissional (ETP), instrumento chave da coordenação e financiamento da Educação Profissional e que prevê uma maior autonomia das Instituições de nível médio; e, (ix) a aprovação da Reforma Financeira para o Ensino Superior, ampliando as condições para um ensino mais competitivo e de melhor qualidade.
16. Outrossim, em 2013 registou-se um incremento das receitas do Estado, bem como maior acesso a fontes alternativas de financiamento tais como créditos comerciais e Parcerias Público Privadas (PPPs). A RA notou que este novo cenário exige (i) maior atenção e capacidade por parte do GdM para identificar, avaliar e seleccionar de forma transparente, na base de critérios objectivos e com financiamento economicamente mais vantajoso, as prioridades de investimento a médio prazo que sejam coerentes com as suas estratégias (incluindo o PARP), que gerem emprego, crescimento inclusivo, oportunidades empresariais e que utilizem processos transparentes e competitivos de *procurement* e considerem a sustentabilidade da

dívida; e, (ii) aumento da capacidade de identificação e controlo de riscos fiscais associados. Neste contexto, o compromisso do Governo para melhorar a transparência fiscal, tomando em conta o plano de acção associado ao *Fiscal Transparency Assessment* e a publicação efectuada do Plano Integrado de Investimentos, na página Web do Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD), constituem elementos positivos.

17. A RA notou que, não obstante os avanços legais e institucionais, prevalece o desafio de continuar a aprimorar a qualidade da informação contida no Plano Integrado de Investimentos e na implementação e monitoria do PARP, nomeadamente: (i) aumento da produção e produtividade na área agrícola; (ii) criação de emprego para satisfazer a procura; (iii) os níveis de acesso e da qualidade de serviços na área do desenvolvimento humano e social; e, (iv) a implementação efectiva das Leis e reformas, na área da governação. Outrossim, é entendimento do Governo e dos PAPs que a corrupção constitui um obstáculo ao desenvolvimento e o Governo compromete-se a reforçar acções com vista a combater, com eficácia, os actos de corrupção.
18. Em relação ao desempenho do Governo, avaliado na base do QAD que incorpora alguns indicadores aperfeiçoados e metas mais realistas, os resultados globais apontam para um nível melhorado face ao desempenho registado em 2012. Com efeito, do conjunto de 33 indicadores, 20 metas foram atingidas, representando 61%; 8 não foram atingidas mas registaram progressos representando 24% e 5 metas não foram atingidas, representando 15%.
19. Relativamente à Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), a RA notou que, não obstante, os efeitos da crise económica que assolou a Zona Euro, o volume agregado da Ajuda desembolsada ao País, ascendeu em 10.1%, passando de, 1.7 mil milhões de US\$, em 2012, para 1.9 mil milhões de US\$, em 2013. Deste montante, cerca de 90% foi canalizado para o Governo e o padrão de alocação da ajuda continua a ser consistente com as prioridades reflectidas no PARP. No entanto, o contexto nacional e as mudanças políticas ao nível dos países provedores da ajuda têm vindo a condicionar a reestruturação do portfólio da ajuda ao Governo reflectida na redução do peso da ajuda do Apoio Programático (AGO e FCs), de 53% em 2012 para 36% em 2013, situação que não se mostra alinhada com o plasmado na Política de Cooperação Internacional de Moçambique.
20. A RA notou que apesar do incremento da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, a modalidade do Apoio Geral ao Orçamento regista desembolsos inferiores face aos compromissos anunciados que, em 2013 por exemplo, situaram-se em menos de 10.6%. Esta situação que não se mostra alinhada com a implementação do MdE resulta da preocupação dos parceiros em torno da emissão de garantias pelo Estado, a favor de uma companhia constituída maioritariamente por capitais públicos. Neste contexto, a revisão, em curso, do Memorando de Entendimento poderá ser uma oportunidade para a melhoria dos mecanismos que regulam a Previsibilidade.

21. Não obstante os progressos registados em 2013, ao nível individual e do grupo dos PAPs, com particular incidência na melhoria da componente ligada a Previsibilidade e Transparência da Ajuda, a RA notou que permanecem desafios nas componentes de (i) Apoio Programático, nomeadamente, nos assuntos relacionadas com percentagem do Apoio Geral ao Orçamento no total da ajuda desembolsada ao Governo; desembolsos dos compromissos no mês para qual foi calendarizado; proporção da ajuda programática no total da ajuda desembolsada ao Governo e, (ii) Harmonização e Alinhamento, no que concerne ao uso dos sistemas nacionais e nas unidades paralelas de implementação de projectos.
22. No que concerne ao desempenho dos PAPs, avaliado na base do QAD que incorpora alguns indicadores aperfeiçoados e metas revistas em baixa em conformidade com o desempenho de 2012, mostram que do total de 23 indicadores, 4 metas foram atingidas, representando 17%; 5 metas não atingidas com progresso, representando 22% e 14 metas não foram atingidas, representando 61%. A RA notou que os indicadores dos QADs do Governo e dos PAPs necessitam de uma melhoria para torná-los estratégicos, mensuráveis e favorecer, desta maneira, a relevância e eficácia do instrumento do AGO. Tendo em consideração que o actual PARP será estendido para um ano, os indicadores do QAD do Governo poderão ser objecto de uma reforma visando aprimorar a qualidade dos mesmos. Este exercício, será estendido ao QAD dos PAPs.
23. Como resultado da avaliação global do desempenho do Governo de Moçambique, os PAPs consideram que há uma base para continuarem a prestar Apoio Geral ao Orçamento em 2015. Contudo, para assegurar a previsibilidade do Apoio Geral ao Orçamento e por conseguinte contribuir para os resultados tangíveis do PARP, e continuar a manter a confiança nesta modalidade, os PAPs consideram ser necessário verificar progressos significativos nos Assuntos de Atenção Especial para o GdM plasmadas nas prioridades constantes dos paragrafos 27, 28 e 29..

### ***Prioridades a serem desenvolvidas em conjunto***

24. Aprimorar o foco estratégico dos indicadores do novo QAD do Governo com o objectivo de tornar o QAD mais estratégico e focalizado nas áreas de diálogo no quadro do Apoio Geral ao Orçamento (AGO), com vista a demonstrar melhoria, relevância e a eficácia desta modalidade de ajuda.
25. Aprimorar o foco estratégico dos indicadores do novo QAD dos PAPs com o objectivo de melhorar a sua relevância e a eficácia.
26. O envolvimento dos PAPs nas reflexões em torno do futuro do PARP.

## Governo

27. **Transparência Fiscal e Gestão dos Investimentos:** implementação do Plano de Acção sobre Transparência Fiscal com acções a curto e médio prazo (2014/2015), assim como uma agenda de médio prazo a ser desenvolvida em 2015, conforme acordado em Fevereiro 2013 e na base do relatório do FMI (*Fiscal Transparency Assessment*).
28. **Combate à Corrupção:** (i) implementação efectiva do pacote Anti-Corrupção e leis existentes incluindo o enfoque ao nível dos sectores; (ii) aprofundar o diálogo no âmbito da parceria, visando a aprendizagem mútua; (iii) A operacionalização de um fórum de diálogo de nível técnico, a funcionar com periodicidade semestral, coordenado pelo Secretário Permanente, com envolvimento dos diferentes sectores sobre matérias relacionadas com anticorrupção, na base de Termos de Referência a ser acordados e; (iv) Reforço da implementação da declaração de bens.
29. **Crescimento Inclusivo: Criação de emprego, e oportunidades para pequenas e médias empresas e na agricultura de pequena escala;** no que concerne: (i) análise dos constrangimentos ao crescimento entre as PME's e na agricultura de pequena escala, incluindo como abordar o assunto de qualificações técnico-profissionais; (ii) debate sobre como apoiar o desenvolvimento das Pequenas e Médias Empresas; e (iii) num diálogo aberto sobre o perfil da despesa no sector agrário e a sua coerência com os objectivos do sector. Os PAPs estão também disponíveis para apoiar novos diagnósticos e análises, processos de consultas para formulação de planos tendentes a combate à pobreza e crescimento inclusivo.

## Parceiros

30. Regularidade e qualidade da informação reportada à **Base de Dados ODAMOZ**.
31. Aprimoramento da **previsibilidade dos compromissos e desembolsos** Apoio Geral ao Orçamento bem como compromissos dos Fundos Comuns.

### III. IMPLEMENTAÇÃO DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO (MdE)

#### **Requisito para apresentação de relatórios**

32. Os requisitos do MdE para apresentação dos relatórios foram seguidos pelo Governo de acordo com o artigo 28 do MdE. Estes documentos e relatórios (PARP, PES 2013, OE 2013, CFMP 2014-2016, BdPES 2013, REO 2013, CGE 2012 e o Parecer do Tribunal Administrativo da CGE de 2012) serviram de base

para a Revisão Anual de 2014, permitindo um diálogo construtivo no decurso deste processo.

33. O perfil (distribuição sectorial, regional) do CFMP 2014-2016, bem como a proposta do OE 2014 foram analisados durante o processo da Reunião da Planificação do QAD de 2013. A CGE do ano 2012 e o respectivo Parecer do Tribunal Administrativo, foram avaliados pelo Grupo de Trabalho do Orçamento durante o processo da RA.

## **Diálogo e Revisões**

34. Os processos de monitoria e diálogo entre a Reunião de Planificação do QAD de 2013 e a Revisão Anual de 2014, decorreram na base da estrutura dos Grupos Temáticos. Foram avaliados os QADs do Governo e dos PAPs de 2013.
35. De acordo com os TdR da RA 2014, para além da análise das metas do QAD do Governo e dos Parceiros, discutiu-se também de forma parcial como a implementação de políticas e acções têm contribuído para atingir as metas e como os constrangimentos na implementação das políticas, reformas e acções que podem ser ultrapassados na base dos diversos relatórios disponibilizados durante o processo. A análise global detalhada está incluída no Anexo IV.
36. A RA verificou que dos 2 estudos identificados durante a Reunião de Planificação do QAD em 2012, 1 foi realizado “Avaliação de Apoio ao Orçamento”; o estudo foi coordenado pelo MPD e financiado pela Comissão Europeia. A avaliação teve início em Janeiro de 2013, e encontra-se na fase conclusiva com a produção do Relatório Final e o segundo relativo ao “Processo de transferência de competências e funções para os Municípios no âmbito da Descentralização” (Decreto 33/2006 e Decreto 46/2011, de 21 de Setembro. Foi realizado o estudo sobre diagnóstico da transferência de funções e competências para os órgãos autárquicos e submetido ao MAE por uma consultoria contratada pelo MAE para o efeito, neste momento o estudo aguarda aprovação pelo MAE e publicação.
37. Durante a Revisão Anual foi identificada uma lista provisória dos indicadores do QAD do Governo que deverão ser objecto de alteração, reformulação e/ou melhoria na Reunião da Planificação do QAD de 2014. Esta lista pode ser acrescentada no contexto de uma revisão mais abrangente do QAD.

## **Governo**

**Indicador 6:** *“Número cumulativo de sectores/instituições e províncias que integram acções redução de risco a calamidades naturais, adaptação e mitigação às mudanças climáticas no processo de planificação”*: Rever a Nota Técnica por forma a clarificar a forma de catação e os meios de verificação do indicador.

**Indicador 8:** *“Gerar novas oportunidades de emprego através do aumento da abrangência do regime do Licenciamento Simplificado com vista ao potencial aumento de postos de trabalho.”*: Revisão em baixa das metas do indicador e reformulação da

Nota Técnica para a inclusão das unidades empresariais no âmbito do licenciamento industrial e comercial.

**Indicador 9:** *“% de Médias e Pequenas Empresas (MPE’s) contratadas nos concursos públicos de pequena dimensão”* Revisão em alta indicador 9, tendo em conta o bom desempenho registado nos últimos dois anos (2012 e 2013).

**Indicador 10:** *“Número de sectores abrangidos pelo sistema de certificação de competências (Não cumulativo)”*: Substituição do indicador 10 por outro que possa captar os esforços do Governo na promoção da empregabilidade dos cidadãos.

**Indicador 22:** *“Número de distritos com o Relatório anual de Desempenho dos Processos Distritais, elaborado com base no Sistema de Monitoria de Desenvolvimento Distrital aprovado pelo Governo Distrital, validado pelo CCD e com resultados do desempenho publicados”*: Rever o indicador

**Indicador 23:** *“Crescimento percentual do orçamento executado a nível provincial, distrital e municipal, desagregado em termos de despesa de funcionamento e de investimento”*: Rever o indicador

**Indicador 29:** *“Melhoria da cobertura e abrangência da CGE.”* Alteração da meta para 2014 na sua segunda dimensão *“Submissão à Assembleia da República, da proposta de adopção de Normas Internacionais de Contabilidade para o Sector Público (NIC-SP).”*

**Indicador 32** *“Número de julgamentos realizados pelo TA e publicados relativos a auditorias que foram Concluídas”*: Rever a Nota Técnica para 2014, por forma a clarificá-la.

**Indicador 35:** *“Índice de Desenvolvimento Humano adaptado”*: Durante o processo da Revisão Anual de 2015 será medido o novo indicador: Elaboração da análise da pobreza com base na produção do Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF) sendo que a meta para 2014 é recolha de dados até 31 de Dezembro com melhorias metodológicas. O Grupo SMAP vai propor um novo indicador/meta para 2015, tendo em conta os atrasos registados com a implementação do IOF e suas implicações no indicador e meta previamente estabelecida para 2015 (análise dos dados do IOF publicada).

- ✓ Para o pilar da Macroeconomia, será feita uma avaliação sobre a possibilidade de inclusão ou alteração dos indicadores do QAD a luz dos diagnósticos efectuados pelo FMI no âmbito da GFP e transparência fiscal e outros estudos relevantes.

## PAPs

**Indicador 5:** *“% de Ajuda Programática no total de Ajuda Publica ao Desenvolvimento (APD) desembolsado ao Governo”*. Rever a Nota Técnica para 2014 por forma a ajustar o conceito de Apoio Programático.

**Indicador 11:** “Ajuda Publica ao Desenvolvimento do ano n desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO.” Rever a Nota Técnica para 2014 incidindo na formulação do indicador, a qual está actualmente dissociada do objectivo do indicador

**Indicador 14:** ”Os PAPs enviam ao Governo dentro do prazo estabelecido a informação relacionada com o seu desempenho de forma consolidada (para se fazer a análise e redigir o relatório do seu desempenho)”. Rever a meta do Grupo para 2014

## **Auditorias**

### **Auditoria de Desempenho**

#### **38. Relativamente a Auditoria de Desempenho ao Sector Social:**

- Concluído o Relatório Preliminar na 1ª semana de Novembro de 2013 e enviado ao Ministério da Mulher e da Acção Social e Instituto Nacional da Acção Social para apreciação e comentários;
- Na terceira semana de Novembro de 2013, foi realizado um encontro técnico visando dar a conhecer o conteúdo do relatório e orientar o auditado quanto ao melhor procedimento para a leitura e apreensão dos conteúdos com vista a formulação da resposta ao contraditório; e
- Em Dezembro de 2013, foi apresentado o Relatório Preliminar da AdD na presença de representantes dos Parceiros de Apoio Programático (PAPs), Entidade Auditada representada por gestores e técnicos dos níveis central e provincial e da Equipa de auditoria, acção que se enquadrou no âmbito do Contraditório Informal.

39. No que concerne a **Auditoria do Desempenho ao Sector das Calamidades** está em curso o acompanhamento das Recomendações desta auditoria, tendo abrangido as províncias de Nampula e Inhambane, faltando cobrir as províncias de Sofala, Gaza e INGC Sede.

40. No que respeita a **Auditoria do do Desempenho ao Sector dos Transportes**, está em curso o processo de elaboração dos termos de referência (TdR) da presente auditoria ao nível interno da IGF.

41. A realização anual de auditorias de desempenho sobre uma amostra relevante de actividades financiadas pelo Orçamento do Estado para a redução da pobreza é um requisito do MdE para a concessão de AGO. A RA notou que nos últimos anos o uso deste instrumento tem-se focalizado mais na gestão do processo de auditoria do que na substância das constatações e acções de seguimento, pelo que recomenda que seja realizada uma reflexão entre as partes sobre o processo e uso mais eficaz deste instrumento e das suas constatações. As recomendações

sobre esta reflexão deverão ser apresentadas durante a próxima Reunião de Planificação do QAD em 2014.

### ***Auditoria Financeira ao Fluxo de Fundos para o Apoio ao Orçamento de Estado***

42. Está em curso a **Auditoria Financeira ao Fluxo de Fundos para o Apoio ao Orçamento do Estado de 2013**. Com efeito, o auditor (BDO) submeteu a versão preliminar dos Relatórios de Auditoria e de Procedimentos Contabilísticos e Controlo Interno, aguardando a aceitação por parte do Governo e Parceiros.

### **Auditorias à Conta do Estado**

43. A RA notou progressos assinaláveis no Plano de Actividades de auditorias para 2013, onde se regista o cumprimento integral das metas de 450 auditorias de regularidade, obras e desempenho (de nível central, provincial, distrital e autárquico). Contudo, desafios permanecem quanto aos julgamentos e publicação dos relatórios, limitando assim a eficácia da auditoria externa.
44. A publicação da Conta Geral do Estado (CGE) e do Parecer do Tribunal Administrativo, bem como o debate sobre estes documentos na Assembleia da República, são considerados a espinha dorsal do sistema de prestação de contas financeiras, ao qual o Apoio Geral ao Orçamento se alinha. Constitui também um mecanismo importante para identificar riscos fiduciários e áreas de reforma da gestão financeira do Estado que merecem particular atenção do Governo. Por conseguinte, o desafio é dar seguimento as constatações e recomendações do Parecer. Quanto as recomendações atinentes a CGE 2012 e as medidas que o Governo pretende tomar para implementá-las, o trabalho de análise está ainda a ser realizado pelo Governo. O Governo partilhará o resultado deste trabalho com os PAPs, com o intuito de facilitar o seguimento das recomendações do Parecer e aprofundar o diálogo sobre a gestão das finanças públicas.
45. A RA constatou que, tal e como foi a prática nos anos anteriores, a CGE e o Parecer de 2012 foram submetidos à Assembleia da República dentro dos prazos estabelecidos pela Lei n.º 9/2002, antes de 31 de Maio e 30 de Novembro 2013 respectivamente, e foram apreciados por este órgão em Abril de 2014. Relativamente a CGE, a RA notou com satisfação os esforços do Governo para proceder a sua publicação quando remetida aos órgãos competentes.

### **Revisão do Memorando de Entendimento**

46. Em Março de 2014, o Governo e os Parceiros concordaram em estender o MdE por 18 meses, até Setembro de 2015. A extensão que antecedeu um longo processo de trabalho foi decidida após ficar claro que o tempo não era suficiente para integrar os comentários e proceder a finalização do mesmo. De notar que, primeiro esboço acordado a nível técnico inclui elementos novos em relação à

qualidade dos indicadores, o diálogo político, os princípios básicos, a revisão anual, a reunião de planificação e os manuais de procedimentos. Concordou-se, igualmente, no na Reunião do Grupo de Direcção (JSC) de Fevereiro de 2014, que o referido esboço será utilizado como documento de base para a continuação do trabalho da revisão do mesmo.

## LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

AM	Aide Mémoire
BdPES	Balanço do Plano Económico e Social
CFMP	Cenário Fiscal do Médio Prazo
CGE	Conta Geral do Estado
CUT	Conta Única do Tesouro
DNO	Direcção Nacional do Orçamento
ERDAP	Estratégia de Reforma e Desenvolvimento da Administração Pública
e-SISTAFE	Sistema Informático do SISTAFE
FMI	Fundo Monetário Internacional
GdM	Governo de Moçambique
GFP	Gestão de Finanças Públicas
GTCR	Grupo Técnico Conjunto de Revisão
IGF	Inspecção-Geral de Finanças
ITIE	Iniciativa da Transparência da Indústria Extractiva
MdE	Memorando de Entendimento
OE	Orçamento do Estado
OD	Observatório de Desenvolvimento
PAMAN	Plano de Acção para a Melhoria do Ambiente de Negócios
PAP	Parceria de Apoio Programático
PARP	Plano de Acção para Redução da Pobreza
PES	Plano Económico e Social
PMEs	Pequenas e Médias Empresas
PNISA	Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário
PSI	Policy Support Instrument (Instrumento de Apoio as Políticas)
QAD	Quadro de Avaliação do Desempenho
RA	Revisão Anual
REO	Relatório de Execução do Orçamento
SC	Sociedade Civil
SNV	Sistema Nacional de Vencimentos
SPS	Sistema de Pagamentos de Salários
SPAV	Sistema de Pagamento de Vencimentos
TA	Tribunal Administrativo